



**INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MARIA EMÍLIA DOS SANTOS MARTINS ROCHA ARANHA

**Guia de orientações para o trabalho do Coordenador Pedagógico no
contexto da nova concepção de Ensino Médio integrado à Educação
Profissional e Tecnológica**

Salvador
30 de agosto de 2019

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

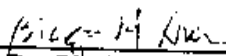
**PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL:
SUA ATUAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONCEPÇÃO DE ENSINO
MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

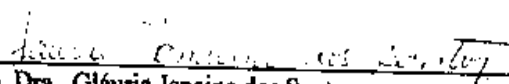
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS MARTINS ROCHA ARANHA

Orientador: Prof. Dr. Biagio Maurício Avena

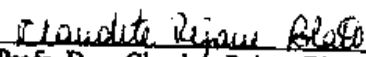
Banca examinadora:



Prof. Dr. Biagio Maurício Avena
Orientador - Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Profa. Dra. Gláucia Janaina dos Santos
Membro Interno - Instituto Federal da Bahia (PROFEPT/IFBA)



Profa. Dra. Claudete Rejane Blatt
Membro Externo - Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 30/08/2019.



INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



MARIA EMÍLIA DOS SANTOS MARTINS ROCHA ARANHA

**Guia de orientações para o trabalho do Coordenador Pedagógico no contexto da
nova concepção de Ensino Médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena
Instituto Federal de Educação da Bahia
Orientador

Profa. Dra. Glauria Janaina dos Santos
Instituto Federal de Educação da Bahia

Profa. Dra. Claudete Rejane Blatt
Instituto Federal de Educação da Bahia

Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

Responsável pela catalogação na fonte: Samuel dos Santos Araújo - CRB 5/1426.

A662c Aranha, Maria Emília dos Santos Martins Rocha.

Guia de orientações para o trabalho do coordenador pedagógico no contexto da nova concepção de ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica / Maria Emília dos Santos Martins Rocha Aranha. Salvador, 2019.

42 f. ; 30 cm.

Produto educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Orientação: Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino médio integrado. 3. Coordenador pedagógico. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. II. Título.

CDU 2

ed.37



Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

PAULO FREIRE

SUMÁRIO

1	<i>APRESENTAÇÃO</i>	6
2	<i>BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A PERSISTÊNCIA DA DUALIDADE EDUCACIONAL</i>	7
3	<i>AS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO em seu documento base</i> 10	
3.1	Formação Humana Integral	11
3.2	Trabalho, Ciência, Tecnologia E Cultura como categorias indissociáveis	12
3.3	O Trabalho como Princípio Educativo	13
3.4	A Pesquisa Como Princípio Educativo	14
3.5	A relação parte-totalidade na proposta curricular	16
4	<i>O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – CATEGORIAS DE ANÁLISE</i> 16	
4.1	O campo de conhecimento da Pedagogia	17
4.2	As atribuições do Coordenador Pedagógico	19
4.3	As atribuições do Coordenador Pedagógico no contexto da Educação Profissional e Tecnológica No Ensino Médio	21
4.3.1	Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas visando à educação integral	21
4.3.2	A construção do Projeto Pedagógico da Escola no contexto da EPT	23
4.3.3	O processo avaliativo na Educação Profissional e Tecnológica	24
4.3.4	A atualização pedagógica em serviço: a coordenação das atividades complementares (AC)	26
4.3.5	O Currículo, a interdisciplinaridade e a formação integrada	27
5	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	30
6	<i>REFERÊNCIAS</i>	31



1 APRESENTAÇÃO

Olá, Coordenador Pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica.

Este instrumento: Guia de orientações para o trabalho pedagógico no contexto da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica, foi construído para auxiliar o seu trabalho e pretende contribuir com a dimensão pedagógica nos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio da Rede Estadual da Bahia.

A finalidade deste produto educacional consiste em orientar o trabalho da Coordenação Pedagógica, apresentando os princípios e conceitos necessários para a consolidação da educação de nível médio integrada à educação profissional.

Este guia pedagógico apresenta em seu conteúdo um breve histórico da educação profissional no Brasil, marcado pela dualidade do ensino, as bases conceituais para a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio a partir da leitura do Documento Base da EPT e as principais atribuições do Coordenador Pedagógico na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Este instrumento foi desenvolvido durante a pesquisa e dissertação de mestrado do programa PROFEPT do IFBA e explicita sobre os principais conceitos que servem de base para a atuação do Coordenador Pedagógico no contexto da Educação Profissional. Sendo assim, contém orientações para a resolução dos reais problemas gerados pelo dualismo perverso na escola pública, afim de que se concretize o objetivo da formação integral, do homem em sua totalidade, como sujeito histórico e social capaz de transformar o meio em que vive, transformando a si mesmo e modificando a realidade social que o cerca em favor da coletividade.



2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A PERSISTÊNCIA DA DUALIDADE EDUCACIONAL

Os primeiros indícios de uma educação profissional no Brasil surgem a partir do início do século XIX, quando D. João VI promove a abertura de algumas escolas como a de medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro. Com a autorização para a abertura de algumas fábricas e indústrias, são criadas sociedades civis de apoio aos órfãos e desvalidos, instrumentalizando-os para atuar nas indústrias e em 1809 é promulgado um decreto que permite a criação do Colégio das Fábricas.

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes. (MOURA, 2007, p.6)

Liceus de Artes e Ofícios passam a ser organizados dentro de uma lógica assistencialista para jovens e crianças carentes, para receber instrução primária e aprenderem diversos ofícios como: tipografia, alfaiataria, carpintaria, sapataria, dentre outros.

A partir do início do século XX, a política assistencialista é alterada, pois o ensino profissional agora passa a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, visando à preparação profissional. Em 1910, no governo de Nilo Peçanha, foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes e

Artífices, reservadas aos pobres e humildes, com a finalidade de formar operários e contramestres, através do ensino prático e conhecimentos técnicos.

A partir da década de 1940, o processo de industrialização requereu reformas na educação nacional. Foram organizadas leis orgânicas, conhecidas como

Reforma Capanema, normatizadas a partir de 1942, pelo ministro da educação Gustavo Capanema. Essas leis fragmentaram a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, separando os que deveriam ter a formação propedêutica para a universidade daqueles que deveriam ter formação profissional.



Os principais decretos foram os seguintes: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto Nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”. (MOURA, 2007, p.8)

O período em que a reforma Capanema ocorre, revela o contexto político e econômico do Brasil de expansão das indústrias. Contudo, não havia uma estrutura que atendesse a essa grande demanda, por isso, a Confederação Nacional das Indústrias em convênio com o governo criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, para garantir uma formação mínima aos seus trabalhadores.

Apesar do mérito de terem representado as primeiras ações efetivas do Estado em relação à educação e propor, pela primeira vez na história de nosso país, alterações profundas na estrutura e organização do ensino a serem implantadas em todo o território nacional – o que de fato as transformavam em nossas primeiras políticas nacionais para a educação, elas não se constituíram em políticas públicas voltadas à superação das diferenças de classe. Pelo contrário, ao definirem trajetórias educacionais distintas para classe sociais também distintas acabaram por se tornarem mecanismo destinados a perpetuar as diferenças dos grupos sociais, (IGNÁCIO, 2010)

A criação do SENAI, do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em 1946, e de outras instituições do sistema “S”, ao longo das décadas seguintes, indicam a opção do governo de repassar à iniciativa privada parte da tarefa de capacitar mão-de-obra para o universo produtivo.

Em 1961, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024- 1961), é reconhecida a integração do ensino profissional ao ensino regular, e os cursos profissionalizantes e propedêuticos passam a ter equivalência permitindo o ingresso no ensino superior.

Na década de 1970 foi promulgada a Lei nº 5.692/71 que provocou uma profunda reforma na educação básica e obrigava a profissionalização no 2º grau nas escolas públicas e privadas. Essa Lei traz a profissionalização compulsória do ensino de segundo grau, pois o governo defendia uma nova fase de industrialização conhecida como o “Milagre Brasileiro” que demandava por técnicos de nível médio, qualificados. Porém, a falta de financiamento

efetivo e de formação de professores colaborou para que as escolas estaduais oferecessem cursos profissionalizantes em áreas que não dispunham de equipamentos e laboratórios. Por outro lado, a rede privada descartou a reforma, pois sua implantação exigia altos custos.

Quanto às Escolas Técnicas Federais, por terem consolidado sua atuação com um corpo docente especializado e financiamento público adequado, tinham em seus currículos a permanência das disciplinas propedêuticas e técnicas, não se restringindo ao que estava estabelecido na Lei nº 5.692/71.

Nos anos 1980, com a volta da democracia, recomeça a luta política pela democratização da educação. A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, ao estruturar a educação regular em educação básica e educação superior, não incluiu a educação profissional em nenhum desses níveis. Apenas a menciona no § 2º do Artigo 36: “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” E no Artigo 40: “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

Em 1997, a Educação Profissional, através do Decreto nº 2.208 configura os seguintes níveis: a) Básico, para fins de qualificação e requalificação independente de sua escolaridade anterior; b) Técnico, para a habilitação profissional de alunos egressos do Ensino Médio; c) Tecnológico para os alunos oriundos do Ensino Médio Técnico. Deste modo, o Ensino Médio, passa a ter um sentido propedêutico, ficando à escolha do aluno a possibilidade de cursar a parte específica da formação técnica sob as modalidades concomitante ou subsequente.

Em 23 de julho de 2004, é baixado o Decreto nº 5.154/04 que traz legalmente a real possibilidade da integração entre educação profissional e o ensino médio. Construído num contexto de contradições político-ideológicas, o decreto é resultando dos debates e disputas entre os setores conservadores e progressistas. Em concepção o decreto visa à consolidação da base unitária do ensino médio, com o objetivo de formar para o exercício das profissões técnicas, além de objetivar a formação de cidadãos aptos a promover a superação da dualidade entre a formação geral e a técnica.



Durante o ano de 2003, primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a expectativa de um novo padrão e perspectiva para o Ensino Médio Técnico cresceu. Contudo a correlação de forças para a reestruturação educacional era grande, visto que a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a publicação do Decreto nº 5.154/2004 caracterizava-se disputa de projetos. Nestas disputas internas a escola se coloca como um elemento estrutural, pois é também neste espaço, na educação formal, que se dá a formação para o trabalho. (DUARTE, 2017, p.4)

Apesar do Decreto nº 5.154/2004 já apresentar possibilidades para a defesa de uma educação integrada e politécnica, as desigualdades socioeconômicas continuaram a forçar o ingresso da classe operária no mercado de trabalho em idade prematura, dificultando a implantação de uma educação com vistas à omnilateralidade e politecnia.

Diante de tal percepção, torna-se indispensável garantir na lei a formação profissional na perspectiva da integração. O objetivo é que a educação integral seja um dos elementos sociais que possibilite ultrapassar a realidade da sociedade excludente e dividida de extrema desigualdade socioeconômica, que se limita a cursos de formação profissional que não apresentam unidade.

3 AS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO EM SEU DOCUMENTO BASE

O Documento Base da Educação Profissional publicado em 2007 pelo Ministério da Educação propõe a integração entre o ensino médio e a educação profissional, a partir da compreensão da falta de identidade do ensino médio que não oferece reais possibilidades de inserção do jovem no mundo do trabalho, afirmando:



Além disso, essa etapa educacional é pobre de sentido tanto na esfera pública quanto privada. Nessa perspectiva, é necessário conferir-lhe uma identidade que possa contribuir para a formação integral dos estudantes. Uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação

instrumental (para os filhos da classe operária) versus formação acadêmica (para os filhos das classes média-alta e alta). Esse ensino médio deve ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da EJA, à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos. (Brasil, 2007, p.25)

As concepções e princípios expostos no documento dão ênfase à formação humana, integrando as dimensões trabalho, ciência e cultura no processo educativo. Esses conceitos e princípios configuram-se como os elementos norteadores de todo o planejamento e propostas para o ensino integrado, tornando-se fundamentais para o trabalho dos coordenadores pedagógicos da educação profissional integrada ao ensino médio.

3.1 Formação Humana Integral

Nessa proposta, o papel do ensino médio estaria orientado à recuperação da relação entre conhecimento e a prática do trabalho, o que denotaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo produtivo. Dessa forma, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos. (MOURA, 2007, p.15)

O sentido da formação humana integral fundamenta-se na concepção de que se deve propiciar no processo formativo a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura. O que se pretende é a formação politécnica e omnilateral dos filhos da classe trabalhadores, a fim que possam criticamente compreender no seu processo histórico, como se dão as relações sociais de produção.

Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica. Com isto apresentamos os dois pilares conceituais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. (RAMOS, 2008, p.2)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), já apontam para uma formação humana integral, consoante está exposto no artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 02/2012:

Art. 5º O ensino médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:
I – formação integral do estudante;
II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; [...]
§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.
§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.
§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.
§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A perspectiva da integração é um desafio para coordenadores e professores, pois a formação destes tem como característica a fragmentação das ciências, das disciplinas, e dos conteúdos. O ensino médio integrado centrado no trabalho, na ciência e na cultura, sob uma base unitária torna-se uma responsabilidade ética e política para a formação de cidadãos críticos e conscientes.



3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia E Cultura como categorias indissociáveis

A especificidade da educação profissional e tecnológica consiste em promover o desenvolvimento de capacidades de trabalho de interesse dos indivíduos, das empresas, da sociedade e dos governos. No entanto, é preciso considerar que os avanços culturais, das técnicas, das ciências e das tecnologias vêm introduzindo novos requerimentos de educação profissional, tornando-a cada vez mais densa de conteúdos culturais, técnicos, tecnológicos e científicos, fazendo-a mais próxima e integrada à educação básica. Cabe à educação tecnológica promover o ensino-aprendizagem dos conteúdos, métodos e relações necessários à compreensão, à pesquisa e à aplicação crítica e criativa das bases científicas dos processos e procedimentos técnicos, contextualizando-os e significando-os à luz das necessidades humanas e sociais. (MACHADO, 2009, p.86)

A importância em considerar o trabalho como base conceitual na educação integrada está em resgatar o seu sentido ontológico e superar as condições de alienação da sociedade contemporânea excludente. O objetivo da educação politécnica é a articulação entre trabalho, cultura, conhecimento e tecnologia, uma formação humana que possibilite o domínio dos fundamentos das técnicas que caracterizam o trabalho na sociedade moderna para a preparação para o exercício do trabalho complexo e o exercício pleno da cidadania.

Diante das implicações políticas, ambientais, sociais e econômicas que a ciência e a tecnologia envolvem é preciso repensar as relações entre homem, natureza, ciência e sociedade. A educação integral tem a responsabilidade de propor objetivos relacionados ao ensino de ciência e tecnologia que contemplem as reais necessidades dos alunos da classe trabalhadora e não somente às finalidades econômicas do mercado. Uma de suas intenções passa a ser a de apresentar aos estudantes as questões científico-tecnológicas que se apresentam na vida cotidiana, a fim de despertar seu interesse pela solução de problemas de razão social com o uso da tecnologia, favorecendo ao entendimento da natureza da ciência, seus benefícios e consequências. Essa formação é condição necessária para que os sujeitos possam compreender os problemas, as crises, as concepções e implicações políticas que a sociedade vivencia, podendo contribuir para a construção de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia, que atendam aos interesses sociais.

3.3 O Trabalho como Princípio Educativo

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, nesse sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento e se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser de uma nova concepção de história. (FRIGOTTO 2005, p.4)

A compreensão do trabalho como princípio educativo, consiste em refletir acerca do caráter mediador do trabalho como elemento de articulação nos processos do ensino para as pessoas que vivem do trabalho.

Parece-me importante considerar que o nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral. Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto, do entendimento e da realidade do trabalho. Nesse sentido é possível perceber que, na verdade, toda a Educação e, por consequência, toda a organização escolar, tem por fundamento a questão do trabalho. (SAVIANI, 1989, p.7)

É preciso promover a construção de um novo parâmetro de escola para os trabalhadores, o que reflete a luta pela garantia do direito a educação. Pretende-se buscar a construção/reconstrução de um trabalho pedagógico, para além de uma formação simplista que apenas atende às necessidades específicas do mercado.

Portanto, o trabalho, como princípio educativo, está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica, que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Compreensão essa indispensável à luta pela superação da alienação e construção de uma sociedade de novo tipo. (RAMOS, 2010, p. 69)

O trabalho como princípio educativo se impõe para a classe trabalhadora, pela compreensão de que o trabalho manual mais primitivo contém o aspecto intelectual, o técnico deve ser capaz de ser especialista e dirigente ao mesmo tempo. Trabalho e ciência se tornam uma unidade através da mediação da tecnologia. Portanto, a escola deverá ser única de cultura geral e humanística.

3.4 A Pesquisa Como Princípio Educativo

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho; intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2013, p.32).

Este princípio traz a pesquisa como integrante da educação, no âmbito da formação humana integral. Com isso, cria possibilidades para a superação do fato de que a educação profissional não se limite às questões da técnica.



O trabalho do coordenador pedagógico junto aos professores consiste em incentivar e promover a iniciação científica assegurando os aspectos didáticos e metodológicos que permitam uma real aproximação da escola com a pesquisa.

Para motivarmos o elaborador científico, pelo menos a nível teórico, são necessárias condições didáticas, tais como:

- | |
|--|
| a) indução do contato pessoal do aluno com as teorias, através da leitura, levando a interpretação própria; |
| b) manuseio de produtos científicos e teorias, em biblioteca adequada e banco de dados; |
| c) transmissão de alguns ritos formais do trabalho científico (como citar; como estruturar o corpo, com começo, meio e fim; como ordenar dados); |
| d) destaque da preocupação metodológica, no sentido de enfrentar ciência em seus vários caminhos de realização histórica e epistemológica, induzindo a que o aluno formule posição própria fundamentada; |
| e) a partir disso, cobrança de elaboração própria, de início um tanto reprodutiva, mera síntese, mas que, aos poucos, se torna capacidade de criar. (DEMO, 2006, p.53) |

Essa proposta exige dos professores uma postura que reconheça a necessidade de alfabetização científica como uma possibilidade para fazer do processo de inclusão social. Sendo assim, defende uma postura emancipatória de construção da autonomia, considerando a ciência como uma linguagem construída pelos homens e pelas mulheres para explicar o nosso mundo natural.

É preciso insistir que tal postura redefine a função do professor e a função do aluno. O professor é sobretudo motivador, alguém a serviço da emancipação do aluno, nunca é a medida do que o aluno deve estudar. O aluno é a nova geração do professor, o futuro mestre, não o laçao que precisa de cabresto. Em vez do pacote didático e curricular como medida do ensino e da aprendizagem, é preciso criar condições de criatividade, via pesquisa, para construir soluções, principalmente diante de problemas novos. A única coisa que vale a pena aprender é a criar, o que já muda a noção de aprender. O professor que apenas ensina imbeciliza o aluno. Nunca foi deveras professor. (DEMO, 2006, p.54)

Na educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, a defesa da pesquisa como princípio científico e educativo precisa considerar que a ciência não deve mais ser considerada algo distante, particular dos ambientes acadêmicos, mas deve ser incorporada aos processos de ensino e de aprendizagem com vistas ao processo de emancipação do aluno, como sujeito da sua história.

3.5 A relação parte-totalidade na proposta curricular

O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que pretende explicar/compreender. (BRASIL, 2007, p. 42).

É a partir da seleção de componentes e relacionando parte e totalidade, contemporaneidade e historicidade, que se propõe um currículo integrado. Na relação parte-totalidade o trabalho interdisciplinar torna-se um fator indispensável na medida em que estabelece relações dinâmicas e dialéticas entre conceitos e permite compreender os fatos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar. No currículo integrado, a organização do conhecimento se dá pela reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos.

Defendemos aqui a formação integral, plena, completa. Isso não pressupõe, entretanto, que se possa ensinar e aprender “tudo”. A questão é: como podemos proporcionar compreensões globais, totalizantes da realidade a partir da seleção de componentes e conteúdos curriculares? Como orientar a seleção de conteúdos no currículo da formação integrada? A resposta a tais perguntas implica buscar relacionar partes e totalidade. (Brasil, 2007. p. 49)

A partir de questões específicas de uma área profissional é possível ampliar o conhecimento pela investigação e apreender em suas múltiplas dimensões. Relacionando parte e totalidade, conhecimentos gerais e específicos, o processo de ensino-aprendizagem ganha maior significado potencializando os sujeitos na busca de caminhos que lhes proporcionem melhor qualidade de vida.

4. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tendo compreendido o processo histórico em que a educação profissional foi sendo estruturada no Brasil e os conceitos e princípios norteadores desta modalidade de ensino, necessário se faz estabelecer uma reflexão sobre a

atuação do coordenador pedagógico e propor novos paradigmas para o trabalho pedagógico desenvolvido por estes profissionais.

4.1 O campo de conhecimento da Pedagogia

Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. (LIBÂNEO, 2010, p.30)

Tendo em vista os desafios da educação profissional no âmbito do ensino médio, a presença do pedagogo escolar se estabelece como uma exigência dessa realidade escolar.

Considerando-se, ainda, os vínculos entre educação e economia, as mudanças recentes no capitalismo internacional colocam novas questões para a Pedagogia. O mundo assiste hoje a intensas transformações tecnológicas em vários campos como a informática, a microeletrônica, a bioenergética. Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudanças no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, que acabam afetando os sistemas de ensino. (LIBÂNEO, 2010, p.27)

A abrangência da atuação do Coordenador Pedagógico extrapola as especificidades dos componentes curriculares e engloba toda a complexidade do processo educativo de ensino, incluindo a definição de objetivos educativos, as implicações psicológicas, sociais, culturais do ensino, o processo de ensino e aprendizagem, os problemas de aprendizagem, a avaliação, os recursos e estratégias de ensino, sem perder de vista a formação profissional.

Esses componentes são trabalhados nos diversos projetos promovidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e desenvolvidos nas unidades escolares.

O projeto Festival Anual da Canção Estudantil (Face) é uma experiência pioneira de implementação de políticas culturais com a juventude estudantil, no campo da arte musical.

O projeto Artes Visuais Estudantis (AVE) é parte integrante do desenvolvimento de políticas culturais com a juventude estudantil, para a promoção das diversas linguagens artísticas no currículo escolar, por intermédio da criação e exposições das artes visuais estudantis nas escolas da rede estadual de ensino.

O projeto Tempos de Arte Literária (TAL) é uma experiência pioneira, de caráter educativo, artístico-literária e cultural no processo educativo, nas experiências criativas e na formação literária e cultural dos estudantes da rede estadual.

O projeto Educação Patrimonial e Artística (EPA) visa ampliar as experiências em políticas culturais e práticas culturais nos campos da história, da arte, do patrimônio, da juventude e da democratização desses saberes e dos espaços históricos, com vistas à identificação do patrimônio baiano, a preservação da memória cultural.

O projeto Produção de Vídeos Estudantis (Prove), de natureza educativa, artística e cultural incentiva as aprendizagens múltiplas e os processos criativos, por meio da experiência artística/fílmica realizada com a utilização dos recursos tecnológicos, tais como: aparelhos celulares, câmeras fotográficas ou filmadoras.

O projeto Encontro de Canto Coral Estudantil (Encante) propõe a implementação do Canto Coral nos contextos escolares da rede estadual de ensino, a fim de desenvolver atividades de iniciação à percepção musical, técnica vocal e dicção, para exercitar a experiência musical, vocal, bem como promover a realização do encontro de corais.

O projeto Dança Estudantil (Dance) promove experiências em políticas culturais com a juventude estudantil. Assim como acontece com as outras formas de apreensão de saberes, a dança, expressa, através do corpo, a pluralidade cultural das sociedades.

O projeto Festival Estudantil de Teatro (Feste) trata-se de experiências em políticas culturais com a juventude estudantil, para avivar o debate e incrementar as práticas artísticas e culturais nos campos da história, da arte, do patrimônio, da juventude e da democratização desses saberes, com vistas ao desenvolvimento das artes cênicas nos contextos escolares.

4.2 As atribuições do Coordenador Pedagógico

De uma forma geral, o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia descreve de acordo com a Lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002 que são atribuições do coordenador pedagógico:

<u>Art. 8º</u> - São atribuições do Coordenador Pedagógico:
<u>I</u> - coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas nas Unidades Escolares;
<u>II</u> - articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;
<u>III</u> - acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria relativas à avaliação da aprendizagem e dos currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;
<u>IV</u> - avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando a sua reorientação;
<u>V</u> - coordenar e acompanhar as atividades dos horários de Atividade Complementar em Unidades Escolares, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;
<u>VI</u> - estimular, articular e participar da elaboração de projetos especiais junto à comunidade escolar;
<u>VII</u> - elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
<u>VIII</u> - elaborar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Direção da Unidade Escolar, os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
<u>IX</u> - promover ações que otimizem as relações interpessoais na comunidade escolar;
<u>X</u> - divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do órgão Central, buscando implementá-los nas Unidades Escolares, atendendo às peculiaridades regionais;
<u>XI</u> - analisar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção de desvios no Planejamento Pedagógico;
<u>XII</u> - propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando a melhoria de desempenho profissional;
<u>XIII</u> - conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades Escolares;
<u>XIV</u> - identificar, orientar e encaminhar, para serviços especializados, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
<u>XV</u> - promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a educação preventiva integral e cidadania;
<u>XVI</u> - propor, em articulação com a direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;
<u>XVII</u> - organizar e coordenar a implantação e implementação do Conselho de Classe numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;
<u>XVIII</u> - promover reuniões e encontros com os pais, visando a integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos;
<u>XIX</u> - estimular e apoiar a criação de Associações de Pais, de Grêmios Estudantis e outras que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação.

Em suas Disposições preliminares, o Capítulo II da Lei Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em seu Art. 6º define como princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioproductivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,
XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;
XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;
XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;
XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

4.3 As atribuições do Coordenador Pedagógico no contexto da Educação Profissional e Tecnológica No Ensino Médio

Em conjunto com os professores, o coordenador pedagógico organiza o meio social educativo na escola. Nesse fazer pedagógico é que se manifesta o processo de produção de conhecimentos.

4.3.1 Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas visando à educação integral

Segundo Libâneo (2010), a pedagogia tem a característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modo de ação em função da construção humana. A organização, coerência e flexibilidade do planejamento são condições para a eficácia do trabalho didático-pedagógico que tem a função orientar e reorientar a prática dos professores.

Libâneo (2004, p.223) destaca as seguintes funções do planejamento escolar:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Explicitar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências postas pela realidade social do nível de preparo e das condições socioculturais e individuais dos alunos. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada aos demais. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimentos, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar, replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas. |

O planejamento pedagógico para a Educação Profissional e Tecnológica constitui-se um dos instrumentos teórico-metodológicos fundamentais para o

aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e deve fazer parte desse processo de forma contínua, dinâmica e reflexiva, orientando a prática docente.

Dentre as diversas estratégias que podem ser usadas para se conseguir ambientes de aprendizagem em sala de aula, destacamos as seguintes:

•	Discussão de temas e tópicos de interesse para a formação profissional.
•	Trabalho em equipe com tarefas que exigem colaboração de todos.
•	Estudo de casos relacionados com áreas de formação profissional específica.
•	Debates sobre temas da atualidade.
•	Geração de ideias (brainstorming) para buscar a solução de um problema.
•	Produção de mapas conceituais para esclarecer e aprofundar conceitos e ideias.
•	Modelagem e simulação de processos e sistemas típicos da área de formação.
•	Criação de sites ou redes sociais visando aprendizagem cooperativa.
•	Elaboração de questões de pesquisa na área científica e tecnológica.

Visando a aprendizagem significativa e contextualizada, trabalho cooperativo e solução de problemas, conforme Barbosa (2013), as metodologias ativas como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABProb) ou Aprendizagem Baseada em Projetos (ABProj), transformam ideias em resultados, sendo bons exemplos de metodologias para a Educação Profissional e tecnológica.

A metodologia ABProb, segundo o mesmo autor, apresenta as seguintes etapas de desenvolvimento:

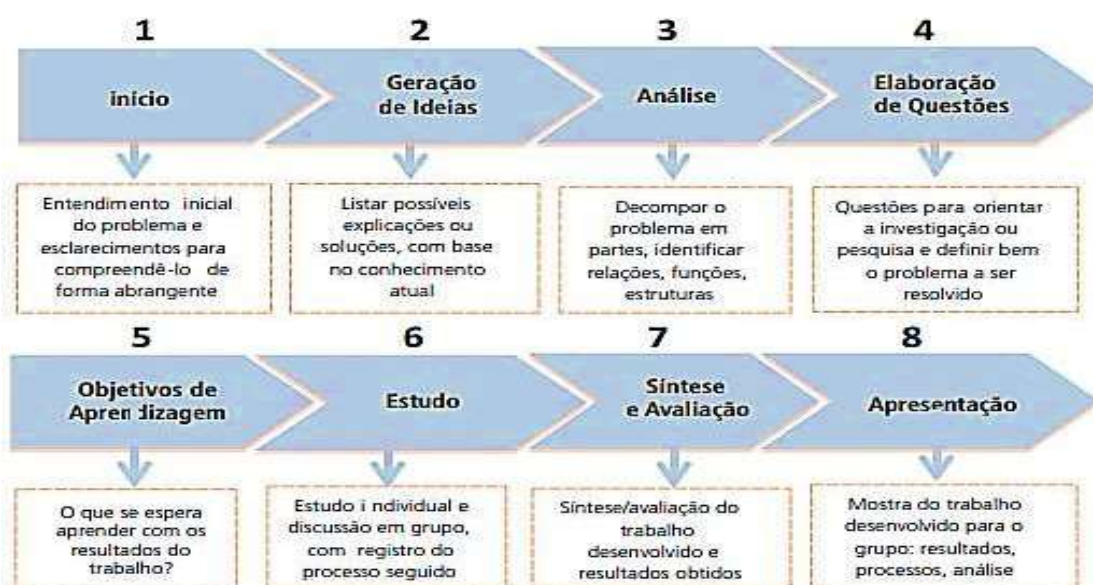


Figura 1 – Etapas de aplicação da ABProb

Sobre a metodologia ABProj, segundo Barbosa (2013), as diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de Projetos de Trabalho são:

<ul style="list-style-type: none"> • Realização de projetos por grupos de alunos com o número de participantes definido criteriosamente para cada experiência.
<ul style="list-style-type: none"> • Definição de um período de tempo para a realização do projeto, como fator importante no seu desenvolvimento e concretização.
<ul style="list-style-type: none"> • A escolha do tema mediante negociação entre alunos e professores, considerando múltiplos interesses e objetivos didático-pedagógicos.
<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos devem contemplar uma finalidade útil de modo que os alunos tenham uma percepção de um sentido real dos projetos propostos.
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de múltiplos recursos no desenvolvimento dos projetos incluindo aqueles que os próprios alunos podem providenciar junto a fontes diversas, dentro ou fora do ambiente escolar.
<ul style="list-style-type: none"> • Socialização dos resultados dos projetos em diversos níveis de comunicação, como a própria sala de aula, a escola e a comunidade.

No contexto da EPT, necessário se faz que o coordenador esteja atento ao perfil profissional do curso que orienta e o plano pedagógico precisa contemplar as especificidades de cada curso. Nesse sentido é preciso identificar as dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de planejamento pedagógico e propor a sua ressignificação para atender às especificidades da educação profissional e tecnológica.

4.3.2 A construção do Projeto Pedagógico da Escola no contexto da EPT

Considerando que o PPP deve se caracterizar como um processo permanente, contínuo de discussão e reflexão acerca dos problemas da realidade escolar, é preciso levar em conta que tal processo exige planejamento, organização e sistematização, pois é uma ação intencional que deve ser construída nos espaços de ação coletiva da escola. Desse modo, é o cotidiano escolar, suas contradições, seus limites e possibilidades, o ponto de partida para a elaboração do PPP, e conseqüentemente do trabalho do pedagogo. (ALMEIDA, 2010, p. 47)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP), em consonância com a LDB, constitui-se como um instrumento que apresenta o planejamento, acompanhamento e avaliação, com perspectiva de reorientação da prática docente, para o alcance dos objetivos de aprendizagem e precisa ser estruturado através de uma metodologia de trabalho coletivo.

Cabe ao pedagogo, em sua ação supervisora e orientadora, organizar os espaços e momentos em que o PPP possa ser discutido, tanto pra sua elaboração, quanto para a avaliação continua e o redimensionamento do trabalho realizado na escola com vistas à garantia da aprendizagem dos alunos. Nesses espaços e momentos, os professores podem discutir coletivamente sobre os elementos que constituem o PPP, os quais, conforme Veiga (1998), são: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo (conteúdos de ensino, as concepções que fundamentam cada área do conhecimento, as metodologias mais adequadas para propiciar a aprendizagem, as formas e instrumentos de avaliação), o tempo escolar, o processo de decisão (relações de gestão), as relações de trabalho e a avaliação institucional. (ALMEIDA, 2010, p. 47)

Em consonância com a proposta de planejamento da Secretaria de Educação da Bahia, em cada unidade Escolar toda a escola deve estar atenta às particularidades dos processos sociais do tempo histórico em que se inserem e principalmente as questões que se relacionam ao mundo do trabalho.

As especificidades que caracterizam cada escola no que tange às ofertas de Educação Profissional devem ser contempladas no PPP, definindo-se como um documento que reflete a identidade da escola e tem natureza política e pedagógica. Assim, em seus objetivos define o que atingir e nas suas estratégias define o como atingir.

Dessa forma, cabe a cada escola a elaboração de um projeto político-pedagógico, com base num amplo e aprofundado processo de diagnóstico, análise e proposição de alternativas, cuja elaboração demanda a participação efetiva de todos os envolvidos: comunidade, pais, alunos e professores. Esse processo deverá contemplar as características da região, as demandas da comunidade em que a escola está inserida, as características e necessidades do alunado, a capacidade da escola no que diz respeito a recursos humanos, equipamentos, espaço físico e possibilidades de articulações interinstitucionais que permitam ofertas diversificadas e de melhor qualidade. (KUENZER, 2000, p.18)

Cumprindo-se todas essas etapas de elaboração do PPP, é preciso garantir que o documento seja acessível a todos que participaram de sua construção, pois se trata do eixo articulador do trabalho educativo, é a identidade da escola e expressa os objetivos, princípios e finalidades na perspectiva de concepção de sociedade que se pretende construir.

4.3.3 O processo avaliativo na Educação Profissional e Tecnológica

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritários. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação em seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos. (LUCKESI, 2008, p.42)

A avaliação é um instrumento didático que faz parte do cotidiano escolar e constitui-se em ação que envolve os aspectos da formação integral do sujeito e não apenas os aspectos cognitivos da aprendizagem. Em vista disto, os resultados obtidos no decorrer do trabalho são comparados com os objetivos propostos, no intuito de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho docente. Sendo assim, a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo de reflexão e registro tanto do processo de aprendizagem do educando quanto das práticas pedagógicas, revelando êxitos e dificuldades.

Luckesi, (2011, p.77) chama a atenção dos professores que a avaliação não se restringe à verificação, pois tem o objetivo proporcionar o direcionamento da aprendizagem e ao avaliar, o professor deverá:

- coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas cognitivas, afetivas, psicomotoras - dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido;
- atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos educadores e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados;
- a partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista: a reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando; o encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível da satisfatoriedade no que estava sendo trabalhado.

Seguindo as orientações da Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica na Bahia, os instrumentos de avaliação precisam expressar o desenvolvimento de aprendizagens, sendo norteados por princípios metodológicos e pedagógicos que integrem os componentes curriculares da Matriz pela articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas.

4.3.4 A atualização pedagógica em serviço: a coordenação das atividades complementares (AC)

A AC tem por objetivo desenvolver planejamento, avaliação, formação continuada do professor/a e o acompanhamento pedagógico da escola com foco na elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico, dos Planos por área do conhecimento, dos Planos por componente curricular, dos Planos de aula constituindo-se em um momento singular para o diálogo, as vivências, a reflexão e a socialização das práticas pedagógicas e curriculares. (SEC, 2019)

O trabalho do pedagogo junto ao corpo docente compreende sua principal atividade na escola, e os horários de atividade complementar constituem-se momentos de planejamento e organização do trabalho pedagógico e devem ocorrer coletivamente e individualmente. Como uma atividade coletiva, deve-se estabelecer o diálogo sobre as estratégias e metodologias que melhor conduzam a prática pedagógica, num exercício constante de avaliação e reorientação das ações.

É assegurado ao professor esse direito de tempo de planejamento. Conforme estabelecem as orientações da Secretaria de Educação do Estado da Bahia,

Por suas características, as ACs são garantidas por lei, a exemplo da LDB nº9.394/96, do Estatuto do Magistério do Estado da Bahia Lei nº8.261/2002 e das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. A AC também pressupõe a responsabilidade de cada professor com o aprimoramento/qualificação das atividades desenvolvidas na escola, tanto no que se refere ao planejamento específico do seu trabalho com a sua disciplina/componente curricular, como também na articulação coletiva com seus pares. É, portanto, momento de definição coletiva de habilidades necessárias à construção e consolidação dos conhecimentos e conteúdos importantes para a formação integral dos estudantes. Orientações Pedagógicas da Educação Profissional para o Ano Letivo de 2019.

Sendo assim, as atividades complementares são o momento em que o coordenador pedagógico pode exercer sua função de orientação e acompanhamento. Por isso, é necessário que haja todo um cuidado na estruturação desses momentos. De forma efetiva e contínua, são esses encontros que possibilitam a garantia de que as propostas estabelecidas no PPP sejam efetivadas no cotidiano escolar. Quando se observa que as reuniões de Atividade Complementar assumem uma melhor organização do trabalho docente, este espaço ganha importância.

É um espaço legítimo para o conhecimento e a reflexão sobre a realidade da escola e seu contexto, expresso nas observações e registros diários dos/as professores/as sobre a trajetória dos estudantes, assim como nos dados das avaliações educacionais interna e externa, desdobrando-se numa ação pedagógica propositiva de mudança/intervenção na escola. É um momento em que a comunidade escolar, em especial as equipes gestoras, coordenadores/as e professores/as se dedicam aos projetos que venham contribuir para uma ressignificação da aprendizagem, voltada para a formação integral dos/as estudantes, tornando-os/as ativos/as, participativos/as, atuantes e reflexivos/as. (SEC, 2019)

Sendo bem estruturado, o aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino. É na própria escola, que os professores têm a oportunidade de aprofundarem-se nas didáticas específicas de cada curso. Nesse sentido, a organização da rotina do coordenador deve priorizar o planejamento das reuniões formativas para que os encontros reflitam as necessidades dos docentes.

4.3.5 O Currículo, a interdisciplinaridade e a formação integrada

A proposta pedagógica para Educação Profissional deve tomar o mundo do trabalho e o exercício da cidadania como contextos relevantes do currículo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu Art. 14, devem proporcionar aos estudantes:

I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;
III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;
IV - domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;
V - instrumentais de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;
VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

A fim de alcançar tais objetivos, a organização curricular precisa fundamentar-se em metodologia interdisciplinar, visando romper com a fragmentação do conhecimento que segmenta as disciplinas seguindo uma metodologia tradicional e linear. Sendo assim, a escola como agente de transformação social, com a incumbência de promover a relação entre a formação básica e profissional, orientaria a construção de um currículo integrado, que na concepção de Araújo (2011), deve:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Conceber o sujeito como ser histórico-social concreto capaz de transformar a realidade em que vive; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Perseguir a formação humana como síntese da formação básica e formação para o trabalho; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Ter o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências e das Artes; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Centrar-se numa epistemologia que considera a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permite a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver-se visando à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos e esses evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar a compreensão dos fundamentos que caracterizam o processo de produção moderno, com base na relação entre o Trabalho, a Ciência e a Cultura. |

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela articulação entre teorias, conceitos e ideias. Esta postura favorece a articulação entre as disciplinas e, ao mesmo tempo, induz a um aprofundamento na identidade de cada disciplina, propiciando a superação da fragmentação disciplinar. A integração entre a formação geral e profissional desafia professores e coordenadores a inovar pedagogicamente. Rejeita-se a visão estreita de formação para o mercado de trabalho, pretendendo a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.

A interdisciplinaridade aparece, aqui, como necessidade e, portanto, como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender. Isso, por sua vez, não compromete a identidade epistemológica das diversas disciplinas, posto que respectivo aprofundamento científico será requerido sempre que a compreensão de um conceito exigir a relação com conceitos de um mesmo campo disciplinar. (BRASIL, 2007. p.53)

A compreensão dos princípios e pressupostos da interdisciplinaridade permite aos alunos e professores uma postura que dialoga com as diferentes áreas do conhecimento, na perspectiva da totalidade. Não se trata de somar, superpor ou hierarquizar os conhecimentos uns aos outros, mas sim uma integração, uma visão totalizante.

Um exemplo de atividade pedagógica integradora do currículo é o projeto Feira de Ciências da Bahia (Feciba), que tem a pesquisa como ferramenta na integração dos componentes curriculares e possibilita ao aluno um aprendizado significativo, que o insere no mundo contemporâneo, científico e tecnológico. As feiras de ciências nas escolas constituem-se um espaço de exposição científica, de troca, de competição entre as experiências dos estudantes, orientadas pelos docentes com o objetivo de estimular a criação e a estruturação da pesquisa científica na Educação Básica. Tem o objetivo de fortalecer uma política pública de transformação do currículo das escolas estaduais e uma política pública de formação de professores que devem ser sujeitos portadores de direito à formação, à atualização e ao protagonismo nas decisões pedagógicas em sua escola.

A formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional exige que se compreendam os fundamentos do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação fundamentadas em conteúdos das disciplinas propedêuticas que treinam para o vestibular. A visão da educação integral traz a ideia da formação humana em sua plenitude, por isso ampla, integral e politécnica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste guia pedagógico, buscou-se compreender O Papel do Coordenador Pedagógico na perspectiva da formação integral, evidenciando a importância da atuação deste profissional no campo da implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica.

A fim de orientar o trabalho pedagógico, na construção deste material, partiu-se do estudo do percurso histórico da educação profissional no Brasil e a constatação do dualismo na educação que separa muitos indivíduos para o trabalho manual e outros poucos para o trabalho intelectual.

Para responder à necessidade de compreensão dos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, a segunda parte do guia apresenta os princípios da EPT a partir do estudo do Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio. Esta análise permite inferir que a EPT constitui-se um campo de interesse da formação da classe trabalhadora, e é possível construir um projeto de educação que contemple a preparação para o exercício de profissões técnicas, a ampliação cultural, a iniciação científica e a formação integral.

Sabendo-se que a intervenção pedagógica é necessária, no terceiro capítulo são apresentadas as principais atribuições do coordenador pedagógico no contexto da educação profissional e tecnológica, as especificidades acerca do papel do coordenador pedagógico na educação profissional sobre o campo de conhecimento da pedagogia, a construção do projeto pedagógico, o planejamento, o currículo, a interdisciplinaridade e o processo avaliativo.

Desta forma, este produto educacional pretende contribuir com a atuação do Coordenador Pedagógico como intelectual da educação que se posiciona ético-politicamente em favor da formação dos sujeitos e da integralidade em sua formação, apoiado num projeto coerente com a educação emancipadora, além de ser um articulador nas relações entre os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, visando uma educação democrática e participativa que tenha o Trabalho como Princípio Educativo e que compreenda a qualificação profissional na perspectiva da emancipação humana e da formação humana integral.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia; SOARES, Kátia. **Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: IBPEX, 2010.

ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular**. Trabalho & Educação (UFMG), v. 20, p. 11-21, 2011.

BARBOSA, E. F.; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias Ativas de Aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica**. Boletim Técnico do SENAC, v. 39, p. 48-67, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012**. Brasília: MEC, 2012.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social**. In: Revista Brasileira de Educação, Nº 22 p.89-100, Jan/Fev./Mar/Abr. 2003.

CIAVATTA, Maria. (2008) **Trabalho Como Princípio Educativo**. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html> Acesso em 14.01.2018

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006

DUARTE, J. B.; TAFFAREL, C. N. Z. **A Organização da Educação Profissional Integrada ao ensino médio na rede pública Estadual de Educação Profissional da Bahia**. 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A8.pdf> Acesso em 04.06.2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IGNÁCIO, Paulo César S. **Do modelo agrário-exportador ao capitalismo urbano-industrial: as políticas de formação da força de trabalho no âmbito da educação escolar no Brasil entre 1930 e 1945.** Revista HISTEDBR Online, v. Ago., p. 131-153, 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art09_38e.pdf Acesso em 15/03/2018

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º. grau. O trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008, 180p.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa.** In: JAQUELINE MOLL Colaboradores. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. 1ªed.Porto Alegre, RS: ARTMED EDITORA S.A., 2009,

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração.** Holos, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>.

RAMOS, Marise N. **Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado.** In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise N; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita.** In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: Fiocruz; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação – Fundamentos histórico- ontológicos da relação trabalho e educação.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, Anped, v.12, n.34, jan.-abr., 2007

Orientações Pedagógicas da Educação Profissional para o Ano Letivo de 2019. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Disponível em <http://semanapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Orientacoes-da-Semana-Pedagogica-2019-e-anexos.pdf> Acesso em 10.03.2019